



GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito

MARCELO DE SOUZA BAGIO
Vice-Prefeito

ALEXANDRE QUINTELLA GAMA
Procurador Geral do Município

ELAN VENAS MORELLI
Chefe de Gabinete

VANDERLEI PEREIRA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

RÔMULO ALVES BULHÕES
Secretário de Defesa Civil e Ordem Pública

CLAUDIA DE CASTRO PACHECO
Secretária de Administração

GILSON DOS SANTOS ESTEVES
Secretário de Fazenda

JOSÉ ADILSON GONÇALVES PRIORI
Secretário de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

ROGÉRIO CAPUTO
Secretário de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

ELUÁ NOGUEIRA TORRES DE ANDRADE
Secretária de Meio Ambiente

BERNARD DE OLIVEIRA CASAMASSO
Secretário de Planejamento e Gestão

RAFAELLA TEIXEIRA RAMPINI
Secretária de Saúde

APARECIDA DE FÁTIMA MOREIRA ESTEVES
Secretária da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

ALDAIR TEIXEIRA MACHADO
Secretário Agricultura, Abastecimento, Pesca, Indústria,
Comércio e Expansão Econômica

FELIPE MACHADO CAIRO BALTAZAR
Secretário de Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

- Atos do Prefeito.....1/4Pgs
- Atos da Administração.....4/6Pgs

D.O

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

ANO XII – Nº2293 Quarta - Feira, 06 de Outubro de 2021



ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATOS DO PREFEITO

LEI Nº 2.314 DE 06 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre a instituição do Fundo Municipal de Educação - FME e dá outras providências.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º – Fica instituído o Fundo Municipal de Educação de São José do Vale do Rio Preto, órgão responsável pela captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerenciamento dos recursos destinados às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino público, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

CAPÍTULO II DAS RECEITAS E DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º – Constituirão receitas do Fundo Municipal de Educação – FME:

I – As resultantes de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, do artigo 69 da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e do artigo 185, da Lei Orgânica Municipal, na manutenção e desenvolvimento do ensino público;

II – As receitas recebidas em decorrência do que dispõe a Lei Federal n.º 14.113, de 25 de Dezembro de 2020, que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

III – As transferências oriundas do orçamento, como decorrência do que dispõe o art. 30, Inciso III e VI, da Constituição Federal;

IV – As transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

V – O produto de convênios firmados com outras entidades;

VI – Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras de seus recursos;

VII – Doações feitas diretamente para este Fundo.

§1º. Os recursos provenientes das receitas do Fundo Municipal de

Educação serão depositados, na Caixa Econômica Federal ou ao Banco do Brasil S.A., em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal de Educação.

§2º. O Fundo Municipal de Educação será gerido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, podendo ser movimentado pelo titular do órgão e/ou o Prefeito Municipal, sempre em conjunto com o Tesoureiro do Município ou, no seu impedimento, com o Coordenador Geral do Fundo.

Art. 3º – Constituirão despesas do Fundo Municipal de Educação – FME, as destinadas à manutenção de ações vinculadas à área da educação, tais como: remuneração de pessoal; encargos sociais; materiais de consumo diversos; materiais e serviços de distribuição gratuita,

serviços diversos; auxílios; obras, instalações, material permanente, equipamentos, amortização de operações de crédito, manutenções diversas, entre outras despesas.

Parágrafo Único. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais do município, observadas as determinações do artigo 70 da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO, DA CONTABILIDADE E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 4º – O orçamento do Fundo Municipal de Educação evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§1º. O orçamento do Fundo Municipal de Educação integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§2º. O orçamento do Fundo Municipal de Educação observará, na sua elaboração, na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 5º – A contabilidade do Fundo Municipal de Educação tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de educação, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 6º – A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive apropriar e apurar custos dos serviços, e, conseqüentemente de concretizar seu objetivo, bem como de interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 7º – A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas e obedecerá às normas brasileiras de contabilidade.

§1º. A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos recursos e dos dispêndios.

§2º. Entende-se por relatórios de gestão os balancetes de receita e de despesa do Fundo Municipal de Educação e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

§ 3º. As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

§ 4º. As demonstrações e os relatórios produzidos servirão de diretrizes para a prestação de contas própria do Fundo Municipal de Educação, que obedecerá às normas exigidas pelo Município e pela Contabilidade.

Art. 8º – Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

§1º. Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por Decreto do Executivo.

§2º. Além do Secretário Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia poderá autorizar o ato de empenho de despesas e ordenar pagamentos, por conta do Fundo Municipal de Educação, o Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DO FUNDO E ATRIBUIÇÕES DO GESTOR

Art. 9º – O Fundo Municipal de Educação - FME será vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura Ciência e Tecnologia, órgão da administração pública municipal, e sua gestão ficará a cargo do secretário municipal, com atribuições de:

I – Estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Educação - CME; com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS FUNDEB; e com o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, no âmbito de suas

competências;

II – Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Educação e no Plano Plurianual;

III – Submeter ao Conselho Municipal de Educação o plano de aplicação a cargo do FME, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com a Lei Orçamentária Anual - LOA;

IV – Submeter ao Conselho Municipal de Educação as demonstrações contábeis mensais de receita e despesa do FME; com periodicidade mensal e anual, servindo como prestação de contas;

V – Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior, depois de submetidas ao Conselho Municipal de Educação - CME;

VI – Manter atualizados e organizados os demonstrativos contábeis e de escrituração fiscal do Fundo, sob a forma de prestação de contas;

VII – Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

VIII – Manter arquivo com informações e toda a documentação relativa aos programas e projetos desenvolvidos com recursos do Fundo;

IX – Coordenar e controlar os convênios e contratos relacionados às ações e serviços realizados com recursos do Fundo Municipal de Educação;

X – Gerenciar os bens patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Educação, bem como manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;

XI – Providenciar, junto à Contabilidade Geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Educação;

XII – Firmar as demonstrações necessárias, quando for o caso.

Art. 10 – O Coordenador do Fundo será nomeado pelo Prefeito, por indicação do(a) Secretário(a) de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Art. 11 – São atribuições do Coordenador do Fundo Municipal de Educação - FME:

I – Efetuar as compras diretas e orientar os processos licitatórios, em conformidade com as possíveis fontes de recurso;

II – Preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;

III – Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

IV – Manter em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;

V – Preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações integradas de educação para serem submetidas ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB; ao Conselho Municipal de Educação - CME;

VI – Providenciar junto à contabilidade geral do Município as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Educação - FME detectada nas demonstrações mencionadas;

VII – Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a Educação;

VIII – Encaminhar mensalmente, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede municipal de ensino;

IX – Acompanhar mensalmente o saldo de depósitos de recursos oriundos do Governo Federal e Estadual,

X – Responsabilizar-se pelo cadastro e acompanhamento virtual dos programas oriundos das esferas federal e estadual;

XI – Orientar as Unidades Escolares sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, sua aplicação e prestação de contas;

XII – Orientar os procedimentos de prestação de contas dos programas federais e estaduais, e, responsabilizar-se pelo encaminhamento das mesmas;

XIII – No impedimento do Tesoureiro do município, assinar cheques e documentos contábeis juntamente com o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;

XIV – Controlar as contas bancárias do FME;

XV – Executar outras atividades afins.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 – Compete ao Prefeito Municipal a responsabilidade pelo Fundo Municipal de Educação, perante a Receita Federal do Brasil, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle e fiscalização, ou a quem este delegar competência.

Art. 13 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração dos Demonstrativos da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual, vigentes, em relação a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia para inclusão do Fundo Municipal de Educação, que passa a integrar o orçamento do Município, de acordo com a classificação institucional (órgão e unidade), projeto, atividade ou operação especial e nomenclatura mais adequada, de forma a adaptá-los aos dispositivos da presente Lei.

Art. 14 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente lei, no que couber, através de Decreto.

Art. 15 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 06 de outubro de 2021.

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito

Alexandre Quintella Gama

Procurador Geral do Município

José Adilson Gonçalves Priori

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 347/2021

INSTRUMENTO: Processo administrativo nº 7208/2021; **PARTES:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO e a LIGA RIOPRETANA DE DESPORTOS; **OBJETO:** Prestação de serviços de arbitragem para jogos de futsal, em atendimento à Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Lazer e Juventude; **VIGÊNCIA:** 30 (trinta) dias, iniciando-se em 01 de outubro de 2021 e findando-se em 31 de outubro de 2021; **VALOR:** Pagará o valor global de R\$ 3.224,00 (três mil e duzentos e vinte e quatro reais). Reserva da Dotação Orçamentária nº 1432/2021 - Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0002 – Manutenção das Atividades do Esporte e Lazer - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **DATA DE ASSINATURA:** 01 de outubro de 2021.

São José do Vale do Rio Preto, Em 06 de outubro de 2021.

Pedro Henrique Maciel Pereira

Chefe da Divisão de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 351/2021

INSTRUMENTO: Processo Administrativo nº 1689/2021; **PARTES:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO e a SOCIEDADE MUSICAL LIRA DE SANTA CECÍLIA; **OBJETO:** locação de 01 (um) imóvel, composto por uma área construída de 314 m² (trezentos e quatorze metros quadrados), situado na Rua Aurino da Costa Carvalho, nº 01, Estação, neste Município, a ser utilizado para realização de ações culturais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; **VALOR:** R\$ 1.150,00 (um mil e cento e cinquenta reais); **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, iniciando-se em 04 de outubro de 2021, e findando-se em 04 de outubro de 2022, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses; Dotação da Reserva Orçamentária nº 1029/2021; Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Secretaria de Educação – Locação de imóveis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **DATA DE ASSINATURA:** 04 de outubro de 2021.

São José do Vale do Rio Preto, Em 06 de Outubro de 2021.

Pedro Henrique Maciel Pereira

Chefe da Divisão de Contratos

DISPENSA LICITATÓRIA
PROCESSO N°. 4016/2021

Ref. Contratação de empresa para prestação de serviços de remoção de paciente a serem prestados no enfrentamento da pandemia e combate ao CORONAVÍRUS (COVID-19), para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, no valor total de R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais).

A Senhora Secretária Municipal de Saúde e a Senhora Administradora Geral do Hospital, no feito protocolado sob n.º 4016/2021, Ofício n° 183/HOSP/2021 do dia 24 de maio de 2021, solicitou ao Excelentíssimo Senhor Prefeito autorização para contratação de empresa para prestação de serviços de remoção de paciente para o Hospital Clínica de Corrêas, no valor de R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais). A referida dispensa será com a empresa TERÊ LIFE SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n° 24.764.510/0001-01, com sede a Rua Adilon Couto Areas, 89, São Pedro, Teresópolis - RJ.

Ao apreciar a solicitação, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 24, IV, bem como os fundamentos fáticos inseridos nos autos, observamos que a solicitação em análise, torna-se dispensável o procedimento licitatório, em face do narrado nos autos pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente ratificada pela douda Procuradoria Jurídica em cota de 28/05/2021 e Secretaria de Controle Interno em cota de 29/09/2021.

Urge esclarecer, que a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ora enfocados, dar-se-á com a empresa TERÊ LIFE SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME, pelas razões expostas no Processo em questão.

Pelo exposto, solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que seja ratificado o presente ato de DISPENSA LICITATÓRIA, com fulcro nos Artigo 24, IV, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICO a Dispensa Licitatória solicitada, tendo em vista as argumentações trazidas e o que dispõe o Artigo 24, IV, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Proceda-se a contratação, publique-se o Ato.

São José do Vale do Rio Preto, 06 de outubro de 2021.

GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: **PREGÃO N° 060/2021 – PRESENCIAL**
PROCESSO N°: **2360/2021**
VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES**
VENCEDORA: **JOB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: **135/2021**
OBJETO, QUANTIDADE E VALORES

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unit
Nr. do Processo: 2360/2021 Licitação: 60/2021 - PR Data da Homologação:							
Fornecedor: 6148 - JOB COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA							
24	01-17-0217	Dell - DDR3 - 16 GB - DIMM 240 pinos - 1333 MHz / PC3-10600 - registrado - ECC	DELL	UN	5,000	0,0000	3.235,0
Total do Fornecedor ----->					5,000		

São José do Vale do Rio Preto, Em 06 de Outubro de 2021.

Pedro Henrique Maciel Pereira
Chefe da Divisão de Contratos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2040/2021

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA CARDEAL DOM SEBASTIÃO LEME, NO BAIRRO PEDRAS BRANCAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I – Orçamento, II – Memória de Cálculo, III – Cronograma Físico-Financeiro, IV -BDI, V - Caderno de Encargos e Especificações, VI - ART, VII – Projeto Planta Baixa Térreo 1-5, VIII - Projeto Planta Baixa Pav 1 2-5, IX – Projeto Cortes e Telhado 3-5, X - Projeto Layout 4-5, XI - Projeto Locação 5-5, XII - Minuta de Contrato, XIII - Metodologia para cálculo de garantia adicional, XIV - Declaração de Idôneo, XV - Declaração de Conformidade com o Edital e seus Anexos, XVI – Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições, XVII – Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que são parte integrante do presente edital e XVIII – Carta de Preposição.

Informamos que a **CONTINUAÇÃO** da licitação informada acima será realizada no dia **11/10/2021, 9 horas e 30 minutos**, no endereço Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Novo Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, Centro Administrativo da Prefeitura.

INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Administração, sito na Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Novo Centro, ou através dos telefones (0xx 24 2224 1552), no horário de 09:30 às 16:30 horas;

São José do Vale do Rio Preto, 06 de outubro de 2021.


FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
=Presidente Comissão de Licitação=